

**DEPUTADO PEDRO GOMES
POLÍTICAS DE SAÚDE
DEBATE DO PLANO E ORÇAMENTO 2010
INTERVENÇÃO –26NOV2009**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A proposta de Plano e Orçamento para 2010, na área da saúde, é modesta nos objectivos, inconsequente nas opções e incompreensível nas prioridades.

A avaliação das políticas de saúde não se esgota neste debate, nem se limita à apreciação das dotações financeiras propostas pelo Governo Regional.

Há um escrutínio entre as opções tomadas ao longo de treze anos de governação e os resultados alcançados.

Ao longo dos anos, os sucessivos governos socialistas erraram nas prioridades.

A saúde para todos tornou-se numa miragem para os Açorianos.

Ao longo dos anos, o Serviço Regional de Saúde cresceu em recursos humanos, em meios técnicos, em instalações, em cuidados prestados aos utentes e numa generalizada melhoria da saúde dos Açorianos.

O grande problema é o que está por fazer - as opções que o Governo Regional deveria ter tomado e adiou sistematicamente.

Podendo fazer escolhas essenciais, o Governo Regional limitou-se a gerir o dia-a-dia.

Os gastos com a saúde aumentaram exponencialmente, sem que o Serviço Regional de Saúde dê uma resposta satisfatória ao nível dos cuidados primários de saúde.

Entre 1996 e 2007, o número de médicos da carreira de clínica geral passou de 110 para apenas 125, num total de 512 médicos no Serviço Regional de Saúde.

Os Açores necessitam urgentemente de mais 60 médicos de família.

A manutenção dum ultrapassado modelo de funcionamento dos centros de saúde e da sua articulação com os hospitais e a falta de recursos humanos ao nível dos cuidados primários de saúde, conduzem a uma elevada pressão nos atendimentos urgentes - cerca de 417.000 - afinal o único recurso para quem não tem médico de família e não dispõe de meios para pagar uma consulta privada, numa Região em que a medicina privada é mais cara do que no resto do país.

O Plano Regional de Saúde - em discussão pública até há poucos dias - é um simples repositório de estatísticas e uma piedosa colecção de planos sectoriais, desarticulados entre si. De Plano só tem mesmo o nome.

A Carta Hospitalar e a Carta dos Equipamentos de Saúde, documentos essenciais no planeamento do serviço regional de saúde e prometidos há mais de seis anos, ainda não estão concluídos.

Em 1997 - Portaria 62/1997, de 7 de Agosto - o Governo Regional definiu um regime de prevenções hospitalares, de carácter provisório, fixando que, até 30 de Novembro desse ano, um grupo de trabalho apresentaria uma proposta para a sua alteração.

Passados doze anos, o grupo de trabalho nunca reuniu e o Governo continua sem definir um novo regime de prevenções, provocando reconhecidas disfunções nas urgências hospitalares.

A informatização do Serviço Regional de Saúde, desde 2008, é um pântano de equívocos e de atrasos sucessivos.

O Governo Regional adia a aplicação na Região da Carta dos Direitos dos utentes no acesso ao Serviço Regional de Saúde, para não cumprir a obrigação de fixar tempos máximos de resposta aos cidadãos.

Um pouco por toda a Região, Câmaras Municipais substituem-se ao Governo Regional na prestação de consultas ou na realização de alguns exames, dando aos Açorianos as respostas que o Serviço Regional de Saúde já não é capaz de dar.

A Sudaçor, SA e os Hospitais, EPE devem a todos e pagam tarde aos seus fornecedores, afundando-se em pesados passivos.

O sub-financiamento do Serviço Regional da Saúde é crónico, como assinala o Tribunal de Contas.

O Serviço Regional de Saúde está endividado, muito endividado, com um passivo superior a 300 milhões de euros.

Até o combate à gripe A, nos Açores, se tornou numa cintilante exibição mediática, em que um Secretário Regional da Saúde, politicamente fragilizado, procura demonstrar a autoridade de que nunca dispôs, à hora dos telejornais.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O PS revela uma crónica incapacidade na área da saúde.

Do imprevisto à promessa oportunista, da prioridade adiada à decisão inconsequente, da incapacidade política à pseudo-contratação de médicos de clínica geral da República Checa, tudo tem servido para não reformar o Serviço Regional de Saúde.

Há um problema de gestão e de organização do Serviço Regional de Saúde que o PS já demonstrou não saber como resolver.

Onde sobraram os recursos, faltou a vontade.

Onde existiu oportunidade, faltou a coragem para decidir.

Onde se exigia mudança, imperou o conformismo.

Com o PS no Governo, os açorianos não são tratados com dignidade e igualdade no acesso à saúde.

O Governo Regional, a cada novo plano e orçamento, anuncia sempre que “desta vez é que é”, sem conseguir libertar-se da sua própria herança governativa.

Assombrado pelo seu passado, o PS teme o futuro.